



CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ARTIGOS

VOLUME 1 - ANO VII - 2012
www.cebri.org.br

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

Miriam Gomes Saraiva
Marcelo M. Valença

Quem Somos

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, sediado no Rio de Janeiro, é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), independente, multidisciplinar e apartidária, formada com o objetivo de promover estudos e debates sobre temas prioritários da política externa brasileira e das relações internacionais em geral.

Criado em 1998 por um grupo de intelectuais, empresários, autoridades governamentais e acadêmicos, o CEBRI tornou-se rapidamente uma referência nacional na promoção de encontros de alto nível, conferências e seminários internacionais.

O Centro atua como um think tank de políticas públicas na área externa do País. Sua Missão é criar um espaço para estudos e debates, onde a sociedade brasileira possa discutir temas relativos às relações internacionais e à política externa, com conseqüente influência no processo decisório governamental e na atuação brasileira em negociações internacionais.

Em recente pesquisa, a Universidade da Pensilvânia apontou o CEBRI como o 3º mais importante think tank da América do Sul e Central. A pesquisa distingue a capacidade do Centro de reunir prestigiosos acadêmicos e analistas; e de produzir conhecimento por meio da reflexão, do debate e de publicações sobre temas de política externa.

O CEBRI produz igualmente informação e conhecimento específico na área externa e propostas para a elaboração de políticas públicas. Linhas de pesquisa resultam em estudos, boletins, relatórios, newsletters e outros produtos específicos para instituições e empresas patrocinadoras.

Conselho Curador

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Presidente

Luiz Augusto de Castro Neves

Vice-Presidente

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Miguel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Felipe Lampreia

Conselheiros

Armando Mariante

Carlos Mariani Bittencourt

Célio Borja

Celso Lafer

Claudio Frischtak

Gelson Fonseca Junior

Georges Landau

Henrique Rzezinski

José Aldo Rebelo Figueiredo

José Luiz Alquéres

José Pio Borges de Castro Filho

Marcelo de Paiva Abreu

Marco Aurélio Garcia

Marcos Castrioto de Azambuja

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Maria Regina Soares de Lima

Pedro Malan

Roberto Abdenur

Roberto Teixeira da Costa

Ronaldo Veirano

Sebastião do Rego Barros

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Diretora

Fatima Berardinelli

CEBRI Artigos
Volume 1 - Ano VII - 2012

**A Política Externa Brasileira e sua
Projeção Internacional:
um projeto caracterizado pela
continuidade¹**

Autores: Miriam Gomes Saraiva² e Marcelo M. Valença^{3 e 4}

¹ Este trabalho é uma versão ampliada e revisada do artigo *Brasil: potencia regional con intereses globales* publicado na revista *Diálogo Político*, número 4 de 2010.

² Possui graduação em História e mestrado em Relações Internacionais pela PUC-Rio, e doutorado em Ciência Política pela Universidad Complutense de Madrid. Foi Visiting Fellow no Instituto Universitário Europeu (Florença). É professora/pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É bolsista de Produtividade do CNPq. Desenvolve seu trabalho nas áreas de política externa brasileira, política externa comparada e integração regional.

³ Doutor em Relações Internacionais (PUC-Rio, 2010). Bolsista recém-doutor e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Seus temas de pesquisa se localizam principalmente na área de Estudos de Guerra e de Paz, Segurança Internacional e Direito Internacional, e envolvem temas de economia política do conflito armado, gestão de conflitos armados, intervenção humanitária e integração regional.

⁴ O autor agradece à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de pós-doutorado que permitiu financiar, parcialmente, a produção deste trabalho.

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

Resumo

O artigo aponta a maior visibilidade do Brasil na política internacional e atribui como responsável por isso a manutenção, quase perene, de dois objetivos de longo prazo da política externa brasileira. São esses a busca por autonomia e a maior projeção no plano internacional. O argumento se sustenta na análise histórica dos paradigmas americanista e globalista e a sua revisão com os paradigmas institucionalista pragmático e autonomista. Através destes marcos, é possível perceber que a continuidade da política externa brasileira e o desenvolvimento de estratégias específicas para atingir aqueles objetivos se mantêm coerentes mesmo com mudanças de governo e de regime.

Durante as duas últimas décadas as estratégias de política externa brasileira foram marcadas por um exercício contínuo de projeção e liderança do país, tanto no plano regional, quanto no global. Os formuladores da política externa nacional inseriram o país no círculo de *players* políticos de relevância junto a potências tradicionais através de uma retórica caracterizada pelo maior engajamento internacional do Brasil.

Neste sentido, o governo brasileiro, desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, incentivou a participação mais ativa em foros multilaterais, bem como o papel de mediador de conflitos e disputas regionais e internacionais, dentre outras ações que buscavam aumentar o prestígio brasileiro. Tal envolvimento na consolidação de uma ordem internacional estável e não-violenta fez com que a importância buscada pelo Brasil se traduzisse em legitimidade política e garantisse ao país *status* de *player* internacional.

Com essa legitimidade, o papel de *player* internacional passou a ser desempenhado em diferentes bases – como economia, boa governança, desenvolvimento e direitos humanos –, garantindo um lugar de destaque para o país na política internacional. Consequentemente, uma parcela maior de responsabilidade, voz e participação no plano global foram obtidos, consolidando uma prática política internacional que tradicionalmente orienta a política externa brasileira.

Este artigo tem o objetivo de, ao promover uma historiografia dos paradigmas que orientam a política externa brasileira desde o início do século XX, demonstrar que esta sempre buscou consolidar uma posição de relevância do país na política internacional. Ao apontar que a política externa brasileira é marcada pela continuidade – especialmente graças ao papel desempenhado pelo Itamaraty como corpo burocrático formador e agregador das estratégias de política externa –, o artigo mostra que o destaque dado ao país recentemente pode ser entendido como o sucesso de uma estratégia de longo prazo orientada em dois eixos.

O primeiro eixo é a busca por autonomia. Mesmo que essa busca tenha assumido diferentes

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

perspectivas ao longo dos séculos XX e XXI, há de se apontar uma uniformidade⁵. O segundo é o desejo de ocupar posição de destaque no plano internacional, o que decorre da busca por autonomia. Estes dois eixos indicam a continuidade da política externa brasileira em torno de princípios gerais e que, combinados, ajudam a compreender os objetivos e perspectivas daquela.

A continuidade da política externa brasileira não significa, contudo, que não haja momentos de descontinuidade. Sua importância está ao exacerbar a lógica da continuidade, não comprometendo as diretrizes gerais das estratégias de política externa, ainda que evidenciem novos posicionamentos, seja em função da mudança de regime ou de particularidades do governo. A prioridade dada pelo governo Lula junto à América do Sul (Saraiva, 2011b), por exemplo, não afeta o desejo geral da política externa de maior projeção internacional, mas aparece como aspecto necessário para que este objetivo seja atingido.

Assim, a atuação recente brasileira nos níveis regional e global é condizente com o histórico de estratégias de sua política externa. A ambição em conquistar novos espaços políticos na arena internacional não é nova, ainda que seja mais explícita atualmente, e reflete os dois eixos mencionados anteriormente, a busca por autonomia e projeção internacional. As estratégias definidas no processo decisório político evidenciam a adequação entre os paradigmas de política externa aos incentivos e constrangimentos percebidos no plano internacional.

O artigo explora historicamente os paradigmas de política externa brasileira mostrando como estes corroboram para a consolidação do país como um ator de relevância para a ordem internacional. Apresentando em um primeiro momento os paradigmas americanista e globalista e, em sequência, o institucionalismo pragmático e o autonomismo, o artigo defende que estes paradigmas são bases coerentes para a sustentação da continuidade de sua política externa, refletindo no papel buscado pelo

⁵Não só a busca por autonomia como também o próprio entendimento do que constitui autonomia é estabelecido a partir da análise do contexto internacional, da estratégia nacional de desenvolvimento e dos cálculos dos formuladores da política externa conforme suas percepções políticas e as visões do que constitui o interesse nacional diante da conjuntura internacional. Classificações como autonomia *vis a vis* o exterior, autonomia pela participação, autonomia pela integração, autonomia pela diversificação foram usados por estudiosos da área.

país atualmente.

Para atingir os objetivos a que nos propomos, nosso argumento é desenvolvido em quatro seções e a conclusão. A primeira localiza a origem histórica e explica o papel dos paradigmas americanista e globalista na construção dos interesses brasileiros. Defendemos que estes modelos, que se mantem em alternância até a crise dos paradigmas, no início da década de 1990, ancoram a atuação contemporânea brasileira na política internacional.

A segunda seção parte dessa crise e aponta os novos rumos tomados pela política externa. Há a conformação de dois novos paradigmas, o institucionalista pragmático e o autonomista, respectivamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula.

A terceira examina as ações brasileiras durante o governo de Lula, que expressaram e tornaram mais visível o engajamento brasileiro por um papel de maior destaque no plano internacional, de forma coerente em relação ao histórico do país, baseado na demanda por maior participação internacional.

A última seção do artigo aponta tendência do governo de Dilma Rousseff de manter o projeto de seu antecessor para retomar a ideia de continuidade da política externa brasileira para mostrar como esta é construída a partir de vários níveis de atuação, regional e internacional. Percebemos, assim, que conforme estes níveis são consolidados, há a busca por novos espaços de atuação e de influência.

Os paradigmas americanista e globalista na construção da política externa brasileira

A política externa brasileira foi marcada durante boa parte do século XX por dois paradigmas, o americanista e o globalista. Estes não só constituíram a maneira como o Brasil enxergava seu papel na política internacional, como também sustentaram a busca pelos objetivos de longo prazo almejados pelo país, a sua autonomia e a projeção no plano internacional.

O *americanismo* surge no final do século XIX e tem como característica a busca pela aproximação aos Estados Unidos como forma de favorecer o aumento dos recursos de poder brasileiros no sistema internacional. A parceria entre os dois países teria caráter pragmático e permitiria ganhos mútuos.

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

Enquanto os Estados Unidos ganhariam um aliado na América do Sul, reforçando os preceitos da Doutrina Monroe, o Brasil reforçaria seu poder político no continente, aproximando-se de seus vizinhos e afastando eventuais contestações aos seus interesses. A parceria com os EUA fortaleceria também a posição brasileira diante de eventuais disputas com países europeus (Pinheiro, 2004, p. 14-16).

As diretrizes do paradigma americanista predominaram na política externa brasileira durante as cinco primeiras décadas do século passado. Parte disso se deveu à ascensão norte-americana na política internacional, que contribuiu para seu fortalecimento e para a crença de que uma aproximação aos Estados Unidos era a forma mais eficiente do Brasil atingir seus objetivos. Merke (2008) aponta este comportamento como um das duas tradições da política externa brasileira durante o século XX: a realista-liberal. Em seu ponto de vista, ambas têm em comum a importância dada à busca de um papel de potência regional e/ou global e aos esforços para manter a política externa acima de divergências domésticas mas a realista-liberal buscaria uma aliança com os Estados Unidos como recurso para atingir seus objetivos (em contraposição com a realista-desenvolvimentista, que visaria conseguir mais insumos para o desenvolvimento através de um comportamento mais autônomo na esfera internacional e vem se consolidar mais tarde).

Para o Brasil, esse alinhamento rendeu frutos desde o seu princípio. Ele permitiu, por exemplo, que o Brasil participasse da Conferência de Paz de Paris, ao final da I Guerra Mundial e adquirisse um assento, rotativo, no Conselho da Liga das Nações. Estas oportunidades contribuíram para as pretensões internacionais do Brasil em uma ordem que estava, então, em processo de reformulação. O que se percebia era que, quanto mais próximo do potencial líder nesta nova ordem, maior destaque o Brasil teria nas relações internacionais. Como coloca Paulo Roberto de Almeida,

As lideranças políticas brasileiras sempre tiveram consciência da posição de destaque assumida naturalmente pelo Brasil no imediato entorno regional (...) mas também tiveram a pretensão, em algumas fases, de colocar o Brasil em posição de maior importância no plano internacional (Almeida, 2007, p. 11).

O envolvimento na II Guerra Mundial também evidenciou o interesse brasileiro de maior participação internacional, diferenciando-se de seus rivais regionais (Pinheiro, 2004). Na medida em que a importância política dos EUA para a política internacional aumentava, o Brasil projetava sua política externa para além dos limites de seu continente. Em termos racionais, o americanismo foi uma escolha coerente com a visão do formulador de política externa da época para potencializar as pretensões brasileiras por maior relevância no plano internacional.

No entanto, e mesmo com o papel de liderança assumido pelos EUA no pós-II Guerra Mundial, o paradigma americanista foi questionado por novas formas de se encarar a política externa brasileira. O fracasso do paradigma durante o segundo governo de Getúlio Vargas, associado à ascensão do Terceiro Mundo como ator na política internacional, teve impacto sobre a conjuntura política interna, abrindo um debate sobre as estratégias a serem tomadas pela política externa nacional. Nesse debate, o *globalismo* surge, então, como alternativa que permitiria que o papel brasileiro no mundo fosse revisto diante das mudanças ocorridas a partir da década de 1950.

O paradigma globalista, a partir de uma visão realista de mundo, entendia que, em um ambiente anárquico, o Brasil deveria buscar satisfazer seus próprios interesses sem se preocupar com um parceiro permanente (Soares de Lima, 1994). Segundo Letícia Pinheiro (Pinheiro, 2004, p. 34), “as relações com os Estados Unidos deixaram de ser vistas como poder de barganha do Brasil, para se tornarem consequência da própria ampliação desse poder de negociação”. O globalismo entendia que a diversificação das relações internacionais do Brasil aumentaria o poder de barganha político e econômico do país junto aos demais Estados, inclusive os Estados Unidos.

O globalismo teve como primeira manifestação sistemática de política externa o conjunto de estratégias que ficaria conhecido como Política Externa Independente. Isso permitiu que o Brasil assumisse uma postura de neutralidade na disputa Leste-Oeste, bem como sugerisse uma nova dicotomia, dessa vez focada no desenvolvimento, apontando as contradições e assimetrias entre o Norte e o Sul. Ao invés de perceber o mundo a partir da dicotomia ideológica predominante, a

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

separação em Norte e Sul evidenciava um novo padrão de relação entre os Estados, baseado em escalas de desenvolvimento socioeconômico. O novo paradigma permitia uma articulação mais conveniente dos conjuntos de estratégias adequados para cada dimensão da política internacional.

Outra opção em consonância com o paradigma globalista foi a aproximação brasileira dos países do Leste Asiático e a defesa de Cuba junto à Organização dos Estados Americanos. Se, por um lado, tais escolhas estavam em evidente desacordo com os interesses dos Estados Unidos (Pinheiro, 2004), por outro expressavam pragmática e coerentemente os interesses internacionais brasileiros.

Nas décadas seguintes, a tensão e oscilação entre os paradigmas americanista e globalista perduraram, inclusive durante o período do governo militar. Conforme as percepções e interesses dos formuladores de política externa, um paradigma ou o outro predominaria. *Grosso modo*, a lógica de ambos os paradigmas indicava que a aproximação brasileira dos atores em ascensão ou em destaque na política internacional geraria benefícios ao país. Caberia a esses formuladores, pois, identificar a melhor estratégia a ser tomada, moldando tanto a visão de mundo brasileira, quanto a sua própria inserção no sistema internacional.

A busca por autonomia e o interesse em se firmar como um ator relevante na política internacional levaram o Brasil a se tornar um país confiável no tocante ao cumprimento de acordos e regras, bem como participante ativo em processos de manutenção e restauração da ordem (Valença e Ramos, 2004). Na prática, a opção por um paradigma ou pelo outro esteve sempre conectada às estratégias brasileiras de projetar seus interesses no plano internacional.

A crise de paradigmas e o surgimento de uma nova orientação

Apesar de sua centralidade na formulação da política externa brasileira durante quase um século de vida republicana, os paradigmas americanista e globalista entraram em crise durante o governo de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990 (Pinheiro, 2004, p. 56). Os princípios adotados, inspirados pelo pragmatismo responsável de Azeredo da Silveira, foram postos

em xeque (Saraiva, 2010, p. 4). A combinação de crise internacional sistêmica com escolhas políticas e econômicas domésticas infelizes fez com que o governo Collor articulasse estratégias que remetiam a ambos os paradigmas, o que gerou, contradições que comprometeram a posição brasileira no plano internacional.

Segundo (Soares de Lima, 2000), a abertura da economia iniciada por Collor de Mello incentivou a politização da política externa graças à distribuição desigual de seus custos e ganhos. De modo semelhante, a consolidação democrática ocorrida naquele período fomentou debates e preferências sobre temas da agenda internacional na sociedade. Estes dois fatores contribuíram para a internacionalização da agenda doméstica com a incorporação desses temas nas preocupações de diferentes agentes econômicos e da sociedade civil, bem como desafiaram a formulação tradicional de política externa e abriram espaços para a consolidação de correntes de pensamento diferenciadas – e identificadas com setores políticos distintos – dentro do Itamaraty.

O encerramento abrupto do governo de Collor gerou o espaço necessário para mudanças na orientação da política externa brasileira. O desejo por autonomia e maior relevância no plano internacional continuavam a orientar a formulação da política externa, porém sem remeter especificamente a um paradigma ou outro. Durante o governo de Itamar Franco houve esforços para intensificar a integração no Cone Sul através do Mercosul, com a aproximação à Argentina (Vázquez e Ruiz, 2009, p. 34). A busca por liderança regional parecia um estágio natural dos desejos brasileiros.

Aquela divisão no interior do Itamaraty, que resultaria nos *paradigmas institucionalista pragmático* e *autonomista*, se mostrava mais engajada do que antes se percebia nos paradigmas americanista e globalista. Nos dois casos, se defendia que o Brasil deveria buscar de forma mais ativa a sua inserção na política internacional, costurando acordos e parcerias que o aproximasse dos centros decisórios. Assim, ao invés de buscar a autonomia pela distância ou pela autossuficiência (Lampreia, 1998), o Brasil procuraria consolidar a sua presença na política internacional.

O paradigma institucionalista pragmático marcou os dois mandatos do governo de Fernando

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

Henrique Cardoso (1995-2002) e se caracterizou pela preferência por uma abertura econômica condicionada e por maior importância à adesão a regimes e instituições internacionais (Saraiva, 2010). A ruptura com os dois paradigmas anteriores se deu por meio da valorização de fóruns multilaterais, onde a colaboração entre os Estados se vinculava a compromissos envolvendo a manutenção da ordem internacional e não apenas o alinhamento a um país ou outro.

Segundo os institucionalistas pragmáticos, o desenvolvimento econômico brasileiro estaria atrelado à regulamentação e à normatização das relações internacionais. A inserção internacional do país condicionar-se-ia ao compartilhamento de valores com os demais Estados (Saraiva, 2010) e a defesa destes valores seria de responsabilidade de todos.

A preferência dos institucionalistas pragmáticos por fóruns multilaterais se justificava pela necessidade de buscar parceiros entre os Estados defensores dessa ordem, tal como em um concerto de países com discurso homogêneo (Saraiva 2010, p. 8). Assim, a busca por autonomia – objetivo central da política externa brasileira – não se chocaria à construção da identidade política brasileira de Estado integrado e participante da ordem internacional e de suas instituições (Lampreia, 1998).

O paradigma institucionalista pragmático estabeleceu, também, duas esferas de atuação simultâneas e concorrentes nas quais o Brasil voltaria seus esforços diplomáticos. Essas esferas consistiriam na (i) busca por uma maior projeção internacional e na (ii) construção da liderança regional na América do Sul. Ambas as iniciativas foram costuradas ao longo dos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso (Vázquez e Ruiz, 2009, p. 34), embora tenham ficado mais evidentes no governo Lula.

A abertura proporcionada pelo paradigma institucionalista pragmático e a estabilidade econômica garantida pela política econômica de Fernando Henrique Cardoso permitiram que o mandato do presidente Lula (2003-2010) avançasse nas pretensões de consolidar o Brasil como *player* global. Contudo, ainda que mantenha, via de regra, os princípios gerais do governo de Cardoso (Kingstone e Ponce, 2010; Sorj e Fausto, 2011), o presidente Lula promoveu uma mudança significativa no interior

do Itamaraty, alterando os rumos da política externa brasileira. Seu mandato marcou a mudança da orientação institucionalista pragmática para o paradigma *autonomista* que, ainda que mantendo certa coerência com o modelo anterior, assumiu um caráter mais assertivo (Saraiva, 2010).

Cabe ressaltar aqui que, apesar da manutenção dos princípios gerais da política externa, há uma evidente descontinuidade na visão de mundo assumida pelos autonomistas e nas estratégias por eles adotadas, o que foi facilitado pelo cenário internacional encontrado no primeiro ano de mandato do novo presidente (Saraiva, 2011a). Gradualmente, ao longo de seus dois mandatos, elementos característicos do desenvolvimentismo e do fortalecimento da industrialização foram reintroduzidos, com vistas ao avanço tecnológico em áreas consideradas estratégicas.

A postura revisionista dos autonomistas colocou o desejo brasileiro de ser uma potência global em franca evidência. As esferas de atuação defendidas pelos institucionalistas pragmáticos foram, na prática, reforçadas pelos autonomistas, mesmo que sob uma nova roupagem. Estes enxergavam que não apenas a liderança regional era importante para as pretensões brasileiras, mas também o aumento da influência entre os países do Sul (Saraiva, 2010). A política do governo de Lula refletiu, portanto, essa nova percepção e interesses.

A ascensão do Brasil na política internacional

O governo de Lula encontrou um cenário internacional favorável a essa mudança. A multipolarização do poder no pós-11 de setembro e a crise financeira de 2008 abriram novos caminhos para a ambição brasileira (Hirst et al., 2010). De modo geral, buscou-se a promoção de um revisionismo *soft* nas instituições internacionais visando aumentar os impactos da participação brasileira na política internacional sem, contudo, romper profundamente com a ordem vigente (Almeida, 2007). A tônica do novo governo era, então, situar o Brasil como um dos *players* mais importantes das relações internacionais sem modificar propriamente a estrutura dessa ordem, mas buscando modificar o peso dos atores em seu interior.

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

Uma das áreas aonde foi evidente essa mudança de viés foi no campo econômico. Os autonomistas eram favoráveis ao modelo desenvolvimentista, o que implica um Estado mais forte e atuante na política industrial. Percebeu-se maior envolvimento também com a projeção internacional das indústrias nacionais, principalmente na América do Sul (Bouzas, 2001) – que substituíra as ambições brasileiras pela América Latina (Almeida, 2007) – e na África.

A crise financeira de 2008, que acabou por atingir com mais força as economias centrais, abriu outro espaço de oportunidade para a projeção brasileira. O país e os demais membros do grupo dos BRICS se beneficiaram de maior crescimento econômico, já que não foram afetados pela crise internacional na mesma medida que outros países. O maior envolvimento do governo brasileiro com a busca por mercados para as exportações nacionais deve ser entendido, neste contexto, como uma forma de preencher a lacuna deixada por outros Estados na economia mundial. O objetivo era reforçar ainda mais a posição brasileira.

Tal como os institucionalistas pragmáticos, os autonomistas valorizavam uma participação mais ativa em foros multilaterais e o reforço desta tendência na área econômica era compatível com seus interesses. Neste caso, a postura autonomista reforçava eventuais disputas e desacordos com os Estados Unidos e com países europeus no tocante às normas de comércio internacional. Todavia, essa posição privilegiava a defesa dos interesses do bloco do Sul, facilitando a sua representação e colocando o Brasil como interlocutor desses países (Valença, 2010).

A “tensão” com Estados Unidos e países europeus facilitava, portanto, uma projeção mais ativa do Brasil na política internacional. Ao se envolver mais profundamente com os fóruns internacionais, o Brasil reforçava a posição dos países do Sul em negociações multilaterais. Assim, era possível mesclar a liderança daquele bloco com o estabelecimento de um diálogo intenso com os países do Norte. Não obstante este cenário permitir a construção da ambição brasileira de se tornar uma potência global, ainda transferia aspectos de legitimidade para o Brasil assumir o papel de líder regional, outro intuito da sua política externa.

Dentro desse contexto, ressalta-se que a busca pela liderança regional é um aspecto marcante da política externa autonomista. Com uma forte carga de influência pessoal do presidente Lula – graças à importância assumida pela diplomacia presidencial – e contando com a participação de atores sem vínculos diretos com o corpo diplomático oficial, a busca pela liderança regional deve ser compreendida em duas esferas. A primeira diz respeito à América Latina, em especial a América do Sul. A segunda envolve os países do Sul, com particular interesse na África. Como colocam Monica Hirst, Maria Regina Soares de Lima e Letícia Pinheiro (Hirst et al., 2010, p. 2-3), a política externa foi politizada e assumiu novas prioridades.

No que diz respeito à posição brasileira na América do Sul, esta era considerada etapa fundamental para as pretensões brasileiras. Com isso, as atenções se voltaram para a região desde 1993, com Itamar Franco, com um impulso no ano 2000 com Cardoso, mas ganharam mais vigor durante o governo de Lula (Vázquez e Ruiz, 2009).

Dois questões devem ser ressaltadas. A primeira diz respeito ao papel do Mercosul na consolidação da posição brasileira. A outra envolve uma integração menos institucionalizada, baseada em acordos bilaterais. Em ambos os casos, promoveu-se uma identidade comum sul-americana, fortalecendo as relações do Brasil com seus vizinhos e aumentando a sua influência na região. A estratégia serviria para explorar novas possibilidades de relacionamento com outros países do Sul, afetando os padrões de relacionamento com os países desenvolvidos.

No caso do Mercosul, trata-se de uma iniciativa que pretendia, em um primeiro momento, estreitar os vínculos entre Brasil e Argentina e ordenar as relações a partir de um padrão cooperativo, criando incentivos para a cooperação econômica entre os dois países e o fortalecimento da democracia no Cone Sul. Apesar de seus altos e baixos nos seus quase vinte anos de existência (Malamud, 2005), o bloco ganhou uma nova reconfiguração nos marcos da política externa brasileira e avançou em aspectos importantes durante o governo de Lula.

Deste modo, percebe-se que o Mercosul proporcionou insumos à busca brasileira da liderança

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

regional. Assumindo o *status* de iniciativa de integração regional mais bem sucedido na América do Sul (Flemes, 2005; Vázquez e Ruiz, 2009), o Mercosul permitiu a extrapolação das suas fronteiras originais e ganhou dimensão continental, com outros Estados ambicionando a adesão a ele.

Se em relação aos temas de política internacional o Mercosul teve alcance limitado (Saraiva, 2011a), no que diz respeito à projeção no campo comercial o bloco superou os limites geográficos da América do Sul e se uniu a outros parceiros. Neste sentido podem ser mencionados os tratados bilaterais/birregionais com Índia, Israel, e as negociações com a União Europeia, assim como as negociações para a formação da ALCA que foram levadas adiante conjuntamente por seus países-membros. Esse comportamento favoreceu a limitação da influência norte-americana na região e a criação da ALCA.

De forma semelhante, o caráter de *high politics* que marcava seu escopo inicial foi também ampliado, ganhando importância bastante notável nos campos cultural e social, especialmente com o Programa de Trabalho 2004-2006, de dezembro de 2003, e a Iniciativa Somos Mercosul, de 2005 (Vázquez e Ruiz, 2009, p. 37-41). Esta ampliação da área de atuação do Mercosul explica, de certa forma, o sucesso relativo do bloco em campos diferentes às pretensões e objetivos definidos quando de sua criação.

A política externa brasileira a partir do paradigma autonomista não limitou a integração sul-americana a partir do modelo institucionalizado do Mercosul. Seja porque o fortalecimento da economia brasileira e sua projeção internacional deu-se nos marcos de iniciativas brasileiras autônomas, seja pelo interesse de se aproximar dos outros países, o Brasil buscou costurar acordos bilaterais na região⁶.

Mesmo não tendo assumido dimensões de um regionalismo fechado, tais articulações não impediam a existência de traços em comum entre os diferentes acordos celebrados. A estruturação da Unasul foi uma iniciativa importante que, por não ter compromissos próprios de uma experiência de

⁶Como resultado, a articulação multilateral que o Brasil desenvolve não conta com o apoio da Argentina, ainda que a manutenção da cooperação com o país vizinho seja vital para o projeto brasileiro de liderança regional (Bouzas, 2001; Onuki, 2008). Ainda que o Mercosul não tenha prioridade na política externa de Lula - assim como na de Dilma, que se iniciou em 2011 - sua defesa é uma política de estado.

integração econômica, pode acomodar diferentes iniciativas subregionais como o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina) (Vázquez e Ruiz, 2009).

As semelhanças entre esses acordos se apresentavam na forma de incentivos à cooperação técnico-financeira, quando o Brasil assumiu diversas vezes o papel de *paymaster* da integração, arcando com os seus custos de modo a consolidá-la. A partir desses pressupostos de cooperação, a articulação de processos de integração regional de baixa institucionalização tornar-se-ia uma importante ferramenta de influência e poder brasileiros.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) financiou empreendimentos de infraestrutura e cooperação técnica em países vizinhos, que eram conduzidos por empresas brasileiras. A cooperação e integração regional, a partir de diferentes agências governamentais, estavam atreladas ao desenvolvimento brasileiro. De certa forma, a mobilização dessas múltiplas agências do Estado, cada qual com interesses e agendas próprias, foram adequadas às linhas de ação do Itamaraty, complementando-as (Hirst et al., 2010). Igualmente, o incentivo governamental para que as empresas nacionais buscassem atuar nesses projetos era reflexo da visão desenvolvimentista do paradigma autonomista - como mencionado anteriormente.

A Unasul é um exemplo bastante representativo desse padrão de baixa institucionalização da integração para a América do Sul. Através dela, a diplomacia brasileira pretende construir posições comuns com os países vizinhos diante de situações de crise. É nessas bases que o princípio da não-indiferença é concebido, como uma variação do princípio internacional da não-intervenção, que abre espaços para que o país se envolva em temas internos na região quando solicitado.

Deste modo, a construção da liderança brasileira na América do Sul deve ser vista a partir da ideia de *soft power*. A demonstração da convergência de interesses com seus vizinhos, especialmente em questões políticas e de defesa, transmitia confiança nas relações políticas, o que repercutiria para além do continente sul-americano.

Esta estratégia era entendida como a forma mais adequada para uma maior projeção internacional

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

brasileira (Sorj e Fausto, 2011). Ela opera como um instrumento de política externa, caracterizando a busca por interesses nacionais e o aumento na esfera de influência brasileira na região. Em poucas palavras, a integração brasileira com a região foi identificada como a melhor estratégia para a inserção internacional. Isso possibilitaria a realização do potencial brasileiro de formação de um bloco capaz de exercer maior influência internacional (Saraiva, 2011b).

Complementarmente, dois fatores políticos permitiram o sucesso da estratégia brasileira para a América do Sul. O primeiro foi a ausência de políticas claras do governo de Barack Obama para a América Latina. A política externa norte-americana estipulou outras prioridades, o que deixou uma espécie de “vácuo de influência” na região, que o Brasil procurou ocupar através das iniciativas de cooperação técnica e construção de confiança.

É importante notar, todavia, que, apesar desse maior envolvimento brasileiro em questões locais, o envolvimento brasileiro na política regional não significa carta branca ou uma aceitação fácil da liderança brasileira (Hirst et al., 20109). Exemplos disso são a relutante posição argentina de reconhecer o Brasil como protagonista de qualquer espécie (Bouzas, 2001; Onuki, 2008) ou, ainda, países menores que desconfiam da solidariedade brasileira (Almeida, 2007).

O segundo fator foi a maior aproximação à Europa. Considerados pela diplomacia brasileira como parceiros importantes para a revisão da ordem internacional, os países europeus enxergavam o Brasil como garantidor da estabilidade política e econômica na América Latina. Ainda que seus interesses não convergissem inteiramente, essa identidade incentivou a assinatura de acordos estratégicos. A parceria União Europeia-Brasil é um exemplo disso (Saraiva, 2011a). Como elemento adicional, o governo brasileiro buscou acordos bilaterais com alguns países europeus na área de investimentos e compra de tecnologia, fortalecendo a atuação não-institucionalizada e diversificando as parcerias bilaterais brasileiras.

O aumento da participação brasileira na política regional sul-americana andou lado a lado com e possibilitou o maior envolvimento do país na política internacional. A regra geral que norteou essa

atuação foi comprovar que o Brasil poderia contribuir para a diminuição das tensões internacionais e para a construção de um mundo mais equilibrado.

Neste sentido, a participação brasileira nas tratativas para solucionar o impasse entre Palestina e Israel demonstra um desejo de atuar em áreas aonde, até então, a “competência” pertencia às grandes potências. O envolvimento ativo na questão nuclear iraniana é outro exemplo da visão e pretensões brasileiras quanto ao seu potencial. Cabe notar também que estes dois casos evidenciaram o interesse brasileiro de oferecer uma nova perspectiva, mais condizente com a postura autonomista, a questões centrais das relações internacionais.

Com esse ativismo, o Brasil colocou, como meta principal, a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e, em sua esteira, sua aceitação como membro permanente do Conselho de Segurança (Hirst et al., 2010). A estratégia desenvolvida para atingir estes objetivos se mostrou condizente com os esforços multilaterais que o Brasil promoveu na última década. Além da busca por apoio junto aos membros permanentes – os chamados P5 –, a diplomacia brasileira tentou a aproximação junto a outros Estados que também ambicionavam um assento – no caso a Índia, a África do Sul, a Alemanha e o Japão.

Como tal projeto não resultou em sucesso, a alternativa encontrada foi a participação em fóruns multilaterais que impactassem de forma relevante na política internacional e mostrassem a importância brasileira. Como consequência dessa participação, o Brasil manter-se-ia envolvido com as principais questões das agendas políticas internacionais, não deixando ser marginalizado dos debates e decisões relevantes. Como apontam Mónica Hirst, Maria Regina Soares de Lima e Letícia Pinheiro,

[a] participação do Brasil nos foros de governança global reflete não apenas uma política pró-ativa de constituição de “coalizões de geometria variável”, envolvendo algumas nações emergentes, como os limites derivados das carências de recursos de poder que permitam ao país uma carreira “solo” em instâncias globais (Hirst et al., 2010, p. 8).

Mesmo se percebermos uma redução na convicção brasileira nos regimes internacionais em prol

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

do revisionismo da ordem internacional, a inserção multilateral ainda constituía estratégia central para a diplomacia brasileira. Um marco desse novo padrão de atuação brasileiro é originado da atuação de destaque do país junto à Organização Mundial do Comércio, que originou uma ação conjunta com outros Estados em desenvolvimento. Pode-se citar também as negociações sobre mudanças climáticas (através do BASIC) e a discussão sobre questões energéticas.

A formação do G-20 comercial é uma resultante dessa ação conjunta. Com ele, o Brasil conseguiu significativo instrumento para consolidar suas pretensões. Um caso representativo desse ativismo brasileiro é a vinculação da Rodada Doha às negociações agrícolas, que não apenas atrelou o andamento da discussão aos interesses do Sul, como também colocou o Brasil como interlocutor direto do Grupo. Tal como ocorrido na dimensão regional, aonde pretendia-se construir uma identidade sul-americana, o papel de mediador Norte-Sul que o Brasil construía seria também uma forma de consolidar uma identidade coletiva deste “novo” grupo.

Por meio dessa parceria foi possível desenvolver outras arenas de discussão junto aos países do Sul. O Fórum de Diálogo do IBSA, envolvendo também a Índia e a África do Sul é um exemplo. A diplomacia brasileira identificou estes dois países como parceiros em um possível esforço de reformulação da ordem internacional e uma aproximação a eles garantia força e projeção ao Brasil. *Grosso modo*, seu escopo inicial remete ao desenvolvimento de estratégias de cooperação tecnológica, além do debate sobre a atuação da ONU e o papel dos países em desenvolvimento na ordem internacional.

Iniciativa de caráter semelhante, porém mais recente, aconteceu com a classificação do Brasil como parte dos chamados BRICS. Este fórum, articulado a partir do convite reiterado feito ao Brasil para juntar-se a outros países emergentes no G-7 + Rússia e também pelo processo de reformulação do G-20 financeiro, consolidou ainda mais o envolvimento internacional brasileiro, legitimando e reconhecendo a sua importância. Assim como o IBAS, a interligação dos BRICS privilegiou estratégias de cooperação tecnológicas e ações de natureza conjuntas nos fóruns multilaterais.

Iniciativas de tal monta criariam a expressão “parceria Sul-Sul”, evidenciando não só o seu

escopo, como os países envolvidos e a natureza da associação. Ao se juntar a países de destaque na política internacional, o Brasil consolidava os dois propósitos da sua política externa, i.e., construía, através da diversificação de parceiros, a sua autonomia *vis a vis* o sistema internacional e reificava a sua dimensão de potência global.

A diplomacia brasileira se aproveitou deste espaço e dos impactos por ele proporcionados e buscou novas oportunidades de promover seus interesses. No caso dos BRICS, um dos principais temas é a reforma das instituições financeiras internacionais, o que está diretamente relacionado às pretensões autonomistas apresentadas anteriormente. A cúpula dos BRICS permite, também, atingir as pretensões desenvolvimentistas ao propor o intercâmbio tecnológico entre os envolvidos, o aumento do comércio e o ordenamento do fluxo de capitais entre os cinco Estados, o que evitaria – ou mitigaria – a dependência destes em relação aos países do Norte.

O fortalecimento da cooperação Sul-Sul permitiu também que o Brasil trouxesse para junto de si parceiros considerados de menor relevância política internacional e os incluísse em uma estratégia mais global. Essa iniciativa transmitia consistência ao pleito brasileiro por liderança, tornando-o e consolidando-o como um interlocutor legítimo dos países do Sul.

Neste sentido, é de particular importância a aproximação aos países africanos, em uma estratégia que combina elementos de cooperação técnica e financeira ao princípio da não-indiferença. Esse contato trouxe oportunidades a empresas nacionais nas áreas de energia e desenvolvimento, especialmente em relação ao petróleo e à construção de infraestrutura nos países africanos. Contrariamente à ideia da integração não-institucionalizada promovida na América do Sul, o reforço da presença brasileira na região criou mecanismos institucionais como as cúpulas América do Sul-África e América do Sul-Oriente Médio (Saraiva, 2011a).

A combinação de uma estratégia voltada para a América do Sul com atuações nos planos Sul-Sul e Norte-Sul foi vital para a projeção do Brasil tanto como ator regional quanto global. É importante notar, porém, que o governo de Lula se baseou em conquistas obtidas por seu antecessor para empreender

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

com desenvoltura o projeto da política externa autonomista. Sua atuação internacional recebeu mais destaques do que a de Fernando Henrique Cardoso principalmente em razão do papel assumido pela diplomacia presidencial durante seu mandato.

A continuidade do projeto brasileiro durante o governo de Dilma Rousseff

O governo de Dilma Rousseff, em conformidade com as posturas assumidas durante o seu primeiro ano, promete seguir os passos de seus antecessores. Mesmo que com alguns pequenos ajustes de rumo (Vigevani e Cepaluni, 2007), a política externa da presidente transpõe certo grau de continuidade. Ainda que não conte com a mesma participação do PT na formulação da política externa, o ideário desenvolvimentista se mantém (e se exacerba), bem como a postura perante as instituições multilaterais.

A continuidade é também percebida no discurso diplomático, com os autonomistas mantendo a sua posição no Itamaraty. De forma semelhante, a ampliação do número de agências de governo que participam das estratégias de política externa e o diálogo estabelecido entre ações empresariais e o governo podem ser entendidos como um avanço na política iniciada no governo de Lula. A projeção internacional se mostra importante, mas a presidente parece dar bastante atenção ao plano doméstico, talvez mais que o seu antecessor.

Contudo, essas diferenças não alteram os rumos do país. A redução da importância da diplomacia presidencial é elemento notável de diferença. A atuação da presidência em termos diplomáticos perdeu um pouco de seu peso e a postura da presidente assume caráter mais pragmático.

No que diz respeito aos ajustes, Dilma Rousseff já mostrou mudanças nas relações com Estados Unidos e Argentina, assim como um tom mais consistente em questões de direitos humanos que não estejam contra os princípios da não-intervenção. Essa mudança não é suficiente para alinhar o posicionamento brasileiro às preferências dos países do Norte em temas de destaque da política internacional. No que diz respeito à América do Sul embora não haja havido posições diferentes

adotadas claramente, já é possível identificar a sua perda de importância no espectro da nova política externa brasileira e as ações brasileiras na região vão assumindo um caráter mais pragmático e de mais baixo perfil político. As ações brasileiras estão melhor conectadas com o desenvolvimentismo, priorizando os vínculos bilaterais com países vizinhos através da cooperação técnica e financeira; embora estejam consolidadas as conquistas no campo da cooperação regional.

Cabe notar, também, que o governo de Dilma projeta aspirações de liderança em níveis mais amplos que o dos seus dois antecessores. Enquanto a América do Sul era um espaço natural para crescimento em direção ao plano internacional, o atual governo sinaliza a construção da liderança também para o continente africano e, com isso, consolidar definitivamente o papel brasileiro como líder dos países do Sul. Assim, ao invés de se posicionar como um representante, o governo de Dilma ambiciona uma atuação mais incisiva e usa, para isso, os recursos de *soft power* desenvolvidos durante o governo de Lula.

Conclusão

O artigo mostrou que, apesar da tensão entre continuidade e descontinuidade ao longo dos séculos XX e XXI, a política externa brasileira tem como marca a ambição por dois objetivos constantes, que norteiam as estratégias políticas e os paradigmas orientadores da atuação internacional. O primeiro é o desejo de autonomia. O outro é a sua projeção no plano internacional. Estes dois objetivos foram discutidos aqui como forma de mostrar as ambições brasileiras por uma atuação global mais destacada e, deste modo, procuramos mostrar sua coerência ao longo dos diferentes governos, regimes e escolhas realizadas.

No caso da autonomia, esta assumiu diferentes entendimentos ao longo deste período conforme os interesses e percepções dos formuladores de políticas. Seja ela obtida através do alinhamento às grandes potências internacionais ou, como mais recentemente, pela integração multilateral, a busca por autonomia caracteriza o desejo brasileiro de desenvolver uma política externa voltada para seus

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

interesses nacionais e para a sua projeção internacional.

Esta, por sua vez, representa a ambição e o *ethos* brasileiro de destaque na política internacional. Desde o início de seu período republicano, a vontade de participar dos grandes círculos políticos é perceptível - o exemplo da Conferência de Paris, em 1918, é apenas um dos diversos exemplos que podem ser trazidos.

É importante notar, todavia, que a visibilidade brasileira no plano internacional foi mais notada durante o governo de Lula, ainda que não se restrinja apenas a ele. Como demonstrado, as estratégias desenvolvidas durante este governo reforçaram consideravelmente a participação brasileira no plano internacional, em um esforço concorrente de aumentar sua liderança regional e de projetar o país no plano global. Estas iniciativas evidenciam uma continuidade em relação aos objetivos da política externa brasileira a partir de seus dois paradigmas originais, mas também demonstra uma ruptura na forma como são buscados. Percebe-se um envolvimento mais ativo para a inserção brasileira, como o projeto revisionista ambicionado.

Fica clara também uma continuidade em relação à estratégia desenvolvida - e possibilitada - pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que os mecanismos de ação sejam diferentes. O trânsito de Cardoso junto às lideranças mundiais proporcionou uma aceitação do Brasil que, à época de Lula, o auxiliou a tocar seus projetos (Almeida, 2007). Deste modo, as duas últimas décadas foram particularmente favoráveis à participação brasileira na política internacional e, conseqüentemente, ao alcance daqueles dois objetivos de longo prazo.

Neste sentido, as escolhas em relação à esfera de influência que o país desempenharia - variando o alcance de sua política externa à América do Sul, ao bloco Sul e no diálogo com os países do Norte - estão ligadas ao sucesso obtido na dimensão anterior. Em outras palavras, a projeção e o alcance dos seus objetivos globais se mostram estreitamente conectados ao aumento progressivo da sua influência sobre as regiões “mais próximas”. O sucesso - mesmo que relativo - junto à América do Sul proporcionou ambicionar a ampliação da sua região de influência para o Sul e, a partir daí, para uma

esfera global. Conforme os espaços políticos se mostraram mais favoráveis a sua projeção, a diplomacia brasileira consolidou alianças e parcerias que favoreceriam uma revisão da ordem conforme os seus interesses.

O engajamento em foros multilaterais, o envolvimento na construção e legitimação de uma ordem internacional mais justa para os países do Sul, bem como a participação ativa em temas sensíveis à política internacional foram centrais para a mudança na forma como o Brasil é visto. O país não apenas passou a se comportar como potência, mas também começou a ser encarado e respeitado como tal, assumindo uma aura de legitimidade política em sua atuação.

A partir dessa legitimidade, o Brasil assumiu papel de *player* internacional a partir de uma dimensão de poder que extrapolava a mera coerção. Esta atuação permitiu seu engajamento em diferentes frentes e acesso a diferentes audiências. O *soft power*, neste caso, constitui uma dimensão importante da política externa brasileira e ajudou o país a garantir sua parcela de interesses, bem como a construção de uma participação mais perene na política internacional.

Ademais, a blindagem doméstica que os avanços obtidos nas décadas de 1990 e 2000, principalmente nos campos social e econômico (Bouzas, 2001; Vázquez e Ruiz, 2009), transferiram ao país credibilidade para uma atuação mais estável junto a países tanto em desenvolvimento quanto desenvolvidos. A visão europeia do Brasil é um exemplo: mesmo diante de conflitos de interesses, o Brasil foi encarado como parceiro estável e seguro daquele bloco. O mesmo pode ser dito dos Estados Unidos. Se o Brasil não é o parceiro privilegiado tal como antes entendido (pela diplomacia brasileira), ainda é um parceiro importante para a ordem internacional.

Deste modo, a continuidade da política externa brasileira deve ser encarada como responsável por esse progressivo avanço no papel do país nas relações internacionais. Os dois últimos presidentes, Fernando Henrique Cardoso e Lula, dividem, ainda que em pesos diferentes, a responsabilidade pela construção do atual status brasileiro que, ao que indica o governo atual de Dilma, será mantido e aprofundado.

A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, P. R. D. O Brasil como Ator Regional e como Emergente Global: estratégias de política externa e impactos na nova ordem internacional. **Cena Internacional**, v. 9, n. 1, p. 7-36, 2007.
- BOUZAS, R. Mercosul, dez anos depois: processo de aprendizado ou *déjà-vu*? **Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)**, v. 68, n. p. 1-17, 2001.
- FLEMES, D. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 217-231, 2005.
- HIRST, M.; SOARES DE LIMA, M. R.; PINHEIRO, L. A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. **Análise de Conjuntura OPSA**, v. 12, n. p. 2010.
- KINGSTONE, P. R.; PONCE, A. F. From Cardoso to Lula: the triumph of pragmatism in Brazil *In*: Weyland, K.; Madrid, R. L.; Hunter, W. (eds.), **Leftist Governments in Latin America: successes and shortcomings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LAMPREIA, L. F. A Política Exterior de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 5-17, 1998.
- MALAMUD, A. Mercosur Turns 15: between rising rhetoric and delcining achiement. **Cambridge Review of International Relations**, v. 18, n. 3, p. 421-436, 2005.
- MERKE, Federico. **Identidad y política exterior en la Argentina y en Brasil**. Programa de Doctorado en Ciencias Sociales/Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Buenos Aires, 2008. (tese de doutoramento)
- ONUKI, J. A Nova Argentina e o Futuro da Integração. **PONTES entre Comércio e Desenvolvimento Sustentável**, v. IV, n. 1, p. 22-24, 2008.
- PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- SARAIVA, M. G. A Política Externa Brasileira Do Governo Lula: Idéias E Mudanças. *In*: 34o Encontro Anual da ANPOCS, 2010, Caxambu. **Anais**. Caxambu: 2010.
- A América do Sul na Política Externa do Governo Lula: ideias e mudanças. *In*: Freixo, A. d.; Pedone, L.; Rodrigues, T. M.; Alves, V. C. (eds.), **A Política Externa Brasileira na era Lula: um balanço**. 1a. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011a.
- Estratégias E Parcerias Brasileiras Na Ordem Global Em Transformação. *In*: Primeiro Fórum de Diálogo com o Brasil - “O Brasil na Nova Ordem Global”, 2011b, Hamburgo. **Anais**. Hamburgo: German Institute of Global and Area Studies, 2011b.
- SOARES DE LIMA, M. R. Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. **America Latina Internacional**, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994.
- Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.

- SORJ, B.; FAUSTO, S. El Papel de Brasil en America del Sur: estrategias y percepciones mutuas. **Working Paper**, v. 1, n. p. 2011.
- VALENÇA, M. M. Brazil: Inevitable Choices. **IPRIS Lusophone Countries Bulletin**, v. n. p. 12-13, 2010.
- VALENÇA, M. M.; RAMOS, P. G. O. A Questão Nuclear nas Relações Brasil-Estados Unidos. v. 26, n. p. 26, 2004.
- VÁZQUEZ, M.; RUIZ, J. B. O Mercosul na Época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, v. Especial em Português, n. p. 33-49, 2009.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 293-335, 2007.

Publicações CEBRI

O CEBRI Artigos é uma publicação trimestral para a discussão de temas da conjuntura internacional. Cada volume é elaborado por um especialista no tema abordado.

O CEBRI Dossiê é uma publicação semestral para a reflexão de temas relevantes das relações internacionais como um todo e, em particular, da política externa brasileira. Cada volume é elaborado por um especialista a convite do CEBRI.

O CEBRI Tese é uma publicação semestral, cujo objetivo é dar maior visibilidade às teses de doutorado que abordam assuntos internacionais sob novas perspectivas. Cada volume traz uma introdução, a transição da apresentação da tese e do debate subsequente.

O CEBRI Notícias é uma publicação trimestral, com a função de informar à sociedade a respeito das atividades desenvolvidas pelo CEBRI.

Instruções aos autores

Para ser submetido, o artigo deve conter de 15 a 30 páginas e ser redigido em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, bem como dispor de resumo/*abstract*, introdução, conclusão e referências bibliográficas.

Os colaboradores devem encaminhar seu trabalho para a sede do CEBRI, localizada à Rua da Candelária, 9 - Grupo 201 - Centro CEP: 20091-020 - Rio de Janeiro / RJ e pelo e-mail: cebri@cebri.org.br.

A Equipe CEBRI é responsável por selecionar as colaborações a serem publicadas. O conteúdo dos artigos reflete exclusivamente a opinião dos autores. O uso desse material para fins didáticos é permitido desde que citada a fonte.



CENTRO BRASILEIRO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua da Candelária, 9 - Grupo 201 - Centro

CEP: 20091-020 - Rio de Janeiro / RJ

Tel: +55 21 2206 4444 | Fax: + 55 21 2206 4422

Email: cebri@cebri.org.br

www.cebri.org.br

